

feamFUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
PROTOCOLO Nº	413134/2010
DIVISÃO:	PRO 23/6/2010
MAT.:	VISTO: <i>jl</i>

**PARECER JURÍDICO**

Autuado: Odilon Schott	DEFESA
Processo: nº 03672/2001/002/2005	
Auto de Infração nº 2016/2005	
Tipos de infração: 1 grave	
Porte: Pequeno	

I – RELATÓRIO

Odilon Schott foi autuado em 2.8.2005, pela prática da infração grave prevista no art. 19, § 2º, item 2, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02, *in verbis*:

“Art. 19(…)

§ 2º São consideradas infrações graves:

(…)

2.º Descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas na Licença de Operação, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental.”

Notificado, o autuado apresentou Defesa, dentro do prazo legal, alegando, resumidamente, o seguinte:

- o autuado sempre cumpriu as exigências expedidas pelo poder público, tanto é que atendeu a maioria dos pedidos realizados pela FEAM, principalmente aqueles referentes à poluição ambiental. Prova disso é que o auto de infração fora lavrado informando a não existência de dano ambiental;
- as duas exigências não cumpridas, a concretagem de pista e a instalação de SUMPS, referem-se a adaptação do SASC;
- em relação a idade dos tanques subterrâneos, ressalta que há outras formas de comprová-la, diante da ausência da nota fiscal;
- caso não seja invalidado o auto de infração, requer que seja aplicada a pena de advertência, tendo em vista a ausência de dano ambiental;
- a instalação de SUMPS e a concretagem da pista, estavam na dependência de manifestação do órgão ambiental, consoante pedido realizado em 6.1.2005,

jl

reiterado em 5.3.3005. Assim, não existe mora da empresa, se esta procurou resolver a questão antes da vistoria da FEAM;

- em relação ao segundo relatório, nem mesmo venceram os prazos concedidos pela fiscal, a FEAM informou que os mesmos não foram cumpridos;
- caso seja aplicada penalidade de multa, deverá ser reconhecida a atenuante de limitação do dano ambiental, pois o posto executou os itens do relatório informando-os à FEAM;
- a tipificação correta da infração seria grave e não gravíssima, cabendo assim, aplicação de pena de advertência;
- por fim, requer a anulação do auto de infração. Não sendo esse o entendimento dessa Fundação, requer a aplicação da advertência.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado pelo autuado descumprir determinações da FEAM contidas no Relatório de Vistoria nº 08731/2004, de 26.8.2004. As exigências do citado relatório são medidas de controle ambiental contidas na DN COPAM nº 50/2001.

A defesa acostada aos autos não apresentou nenhum argumento técnico ou jurídico que descaracterizasse a infração cometida, vejamos:

Alega o autuado, ausência de motivação do ato jurídico, vez que a instalação dos SUMPS e a concretagem da pista, estavam dependentes de autorização da FEAM. Ressalta que o pedido foi realizado antes da lavratura do auto de infração, na data de 6.1.2005 e reiterado em março do mesmo ano.

Contudo, verifica-se que o autuado foi advertido do cometimento das irregularidades em 26.8.2004, quando foi realizada vistoria no empreendimento. Além do mais, as medidas tomadas pela empresa, não cessam sua responsabilidade, nem descaracterizam a infração cometida.

Dispõe a DN COPAM nº 108/2007, quais são os documentos aceitos para se comprovar a data de instalação do tanque, no caso da ausência de nota fiscal. Contudo, o autuado não apresentou nenhum deles. Reza a citada Deliberação:

"A data de instalação do tanque deverá ser comprovada com a apresentação de cópia da nota fiscal de entrega ou do primeiro Alvará de Funcionamento da atividade no imóvel. Outros documentos que comprovem objetivamente a data da instalação do tanque, formalizados por responsável técnico, poderão ser aceitos a critério do órgão ambiental competente. Caso nenhuma destas comprovações seja apresentada, a troca do tanque deverá ser

realizada no prazo estabelecido para os tanques com idade superior a 20 anos;"

Pleiteia o autuado que a infração cometida seja caracterizada como grave e não gravíssima e, conseqüentemente, seja aplicada a penalidade de advertência.

O auto de infração foi lavrado pela prática de infração prevista no art. 19, § 2º, item 2, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02, ou seja, infração grave.

Em relação à aplicação da penalidade de advertência, a Lei Estadual nº 7772/1980, é taxativa ao dispor no parágrafo 2º, do seu art. 16, que este tipo de pena só é aplicável no caso de prática de infração leve.

"Art. 16. As infrações a que se refere o art. 15 serão punidas com as seguintes sanções, observadas as competências dos órgãos e das entidades vinculados à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad:

(...)

§ 2º A advertência será aplicada quando forem praticadas infrações classificadas como leves."


Incabível a aplicação da atenuante prevista no art. 21, § 2º, I "a" vez que, conforme alega o próprio autuado, não há que se falar em condições poluidoras a serem eliminadas e nem danos causados pelo infrator a serem reparados. Trata-se de autuação por descumprimento de determinações da FEAM contidas em Relatório de Vistoria.

III – CONCLUSÃO

Recomenda-se ao Vice-Presidente da FEAM a aplicação de uma multa no valor R\$ 2.501,00, nos termos do art. 1º, inciso II, alínea "a" e do art. 2º, § 1º, inciso I da Deliberação Normativa COPAM nº 27/98, alterada pela Deliberação Normativa COPAM nº 64/03, c/c art. 96 do Decreto nº 44.844/2008.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 21 de junho de 2010.

Autora: Camila Couto Horácio Lasmar Consultora Jurídica OAB/MG 78.007	Assinatura: 
Aprovado por: Joaquim Martins da Silva Filho Procurador- Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 - MASP 1043804-2	Assinatura: 